

MAER-GRUPAMENTO DE APOIO/RJ

SERVIÇO DE RECOLHIMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS 36/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
36/2025	120039-MAER-GRUPAMENTO DE APOIO/RJ	PAULA CRISTINA ROCHA SANTOS VIEIRA	11/02/2026 09:33 (v 0.8)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		67246.006712/2025-97

1. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

KLINGER NEWTON DE OLIVEIRA GUIMARAES
Autoridade competente

MARIO AUGUSTO SANTANA DE OLIVEIRA JUNIOR
Agente de contratação

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - 13. TERMO DE REFERENCIA - Servico de recolhimento de residuos _ SANEADO.pdf (423.09 KB)

MINISTÉRIO DA DEFESA

COMANDO DA AERONÁUTICA

GRUPAMENTO DE APOIO DO RIO DE JANEIRO

(Processo Administrativo nº67246.006712/2025-97)

TERMO DE REFERÊNCIA

TEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UND DE MEDID	QTD MÍNIMA	QTD MÁXIMA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUO CLASSE IIB (RESÍDUOS INERTES, ENTULHOS DE OBRA, GALHOS, ETC.), CAÇAMBAS DE 5M3 RECOLHIDAS EM CAMINHÃO POLIGUINDARTERS	14265	M³	1	1260	R\$194,93	R\$245.611,80
2	SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUO CLASSE IIA (LIXO EXTRAORDINÁRIO), EM CONTÊINERES DE 240 LITROS RECOLHIDOS EM CAMINHÃO COMPACTADOR	14265	M³	1	7639	R\$169,00	R\$1.290.991,00

3	SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS CLASSE I (HOSPITALAR INFECTANTE DOS GRUPOS A E E PERFUROCORTANTES.	19380	M³	1	6	R\$900,00	R\$5.400,00
4	SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE EFLUENTES. TRATAMENTO FÍSICO QUÍMICO, MICROBIOLÓGICO EM ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE EFLUENTES (ESGOTO E CAIXAS DE GORDURA)	16527	M³	1	50	R\$995,00	R\$49.750,00
5	SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE LÂMPADAS USADAS INSERVÍVEIS EM EMBALAGENS QUE EVITEM SUA QUEBRA. (COLETOR PARA TRANSPORTE INTERNO E DESTINAÇÃO FINAL).	14265	UN	1	2640	R\$4,00	R\$10.560,00
6	SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS. (MÓVEIS, UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS INSERVÍVEIS, PLÁSTICOS, VIDROS, PAPEIS, METAIS, ETC) INCLUINDO FORNECIMENTO DE CAÇAMBAS DE 5,0 M3 PARA CADA TIPO DE RESÍDUOS.	14265	M³	1	240	R\$198,72	R\$47.692,80
						Total	R\$1.650.005,60

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de serviço de recolhimento de resíduos para o GAP-RJ e Unidades Apoiadas, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

1.1.1.1 Os serviços deverão ser executados em estrita conformidade com as necessidades de atendimento ao decreto presidencial nº 5.940 de 25 de Outubro de 2006 que institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração Pública Federal.

1.1.1.2 Para a execução dos serviços a contratada deverá disponibilizar para a GARAGEM do GAP-RJ (STS) os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário conforme descrições deste TR;

1.1.1.3 . Os recipientes a serem disponibilizados para a coleta do lixo produzido devem ter condições de qualidade e resistência necessárias para o correto acondicionamento de materiais: 3 (três) caçambas de 5 m3 , 4 (quatro) containeres de 1,2 m, 1 (um) container laranja de 240 litros;

TABELA - QUANTIDADE ESTIMATIVA ANUAL - GARAGEM DO GAP-RJ				
ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UND	Qtd Mensal estimada	Qtd Anual Estimada
1	SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUO CLASSE IIB (RESÍDUOS INERTES, ENTULHOS DE OBRA, GALHOS, ETC.), CAÇAMBAS DE 5M3 RECOLHIDAS EM CAMINHÃO POLIGUINDARTERS	M3	60	720

2	SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUO CLASSE IIA (LIXO EXTRAORDINÁRIO), EM CONTÊINERES DE 240 LITROS RECOLHIDOS EM CAMINHÃO COMPACTADOR	M3	62,40	748,80
4	SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE EFLUENTES. TRATAMENTO FÍSICO QUÍMICO, MICROBIOLÓGICO EM ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE EFLUENTES (ESGOTO E CAIXAS DE GORDURA)	M3	3	36
5	SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE LÂMPADAS USADAS INSERVÍVEIS EM EMBALAGENS QUE EVITEM SUA QUEBRA. (COLETOR PARA TRANSPORTE INTERNO E DESTINAÇÃO FINAL).	Por Unidade	10	120

6	SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS. (MÓVEIS, UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS INSERVÍVEIS, PLÁSTICOS, VIDROS, PAPEIS, METAIS, ETC) INCLUINDO FORNECIMENTO DE CAÇAMBAS DE 5,0 M3 PARA CADA TIPO DE RESÍDUOS.	M3	5	60
---	---	-----------	----------	-----------

1.1.1.4 Quantitativos de Coleta de Resíduos Sólidos Urbanos Classe IIB (entulhos) em caçambas de 5.0 m3 , para a GARAGEM DO GAP-RJ (STS);

Dias de produção no mês	30
Dias de recolhimento no mês	04
Quantidade média de caçambas de 5,0 m por retirada	03
Quantidade mensal de retirada de caçambas	12
Quantidade em metros cúbicos por mês	60
Frequência: por solicitação em horário comercial.	

1.1.1.5 Quantitativos de coleta de Resíduos Sólidos Domiciliares Urbanos Classe IIA por mês, acondicionados em containeres de 1,2 m3 , GARAGEM DO GAP-RJ (STS)

Dias de produção no mês	30
Dias de recolhimento no mês	13
Quantidade média de retirada de containeres de	4

1,2 M3 por dia	
Quantidade em metros cúbicos por dia	4,8
Quantidade em metros cúbicos por mês	62,4
Frequência: segundas, quartas e sextas em horário comercial.	

1.1.1.6 Quantitativos de Lodos e Lamas Coletas em Caminhão apropriado (Vac All)

Dias de produção no mês	30
Dias de recolhimento no mês	01
Quantidade mensal em metros cúbicos	4
Frequência: por solicitação	

1.1.1.7 Quantitativo de coleta de lâmpadas usadas, em contenedores de 240 litros na cor laranja, GARAGEM DO GAP-RJ (STS)

Dias de produção no mês	30
Dias de recolhimento médio no mês	01
Quantidade média de retirada de contêineres de 240 litros por dia com 10 unidades	01
Quantidade mensal de retirada em unidade	01
Quantidade em unidade total por mês	10
Frequência: por solicitação	

1.1.1.8 Quantitativos de Resíduos recicláveis em caçambas de 5,0m³, GARAGEM DO GAP-RJ (STS)

Dias de produção no mês	30
Dias de recolhimento médio no mês	01
Quantidade média de caçambas de 5,0 metros	01

cúbicos por retirada	
Quantidade em metros cúbicos por mês	05
Frequência: por solicitação	

1.1.1.9 Para a execução dos serviços a contratada deverá disponibilizar para o RANCHO DO GAP-RJ (Prédio do antigo COMAR III) os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário conforme descrições deste TR;

1.1.1.10 Os recipientes a serem disponibilizados para a coleta do lixo produzido devem ter condições de qualidade e resistência necessárias para o correto acondicionamento de materiais: 50 (cinquenta) contenedores azuis de 240 litros.

1.1.1.11 Quantitativos de coleta de Resíduos Sólidos Domiciliares Urbanos Classe IIA por mês, acondicionados em contenedores de 240 litros para o SEDE DO RANCHO DO GAP-RJ (Prédio do antigo COMAR III);

TABELA - QUANTIDADE ESTIMATIVA ANUAL - COMAR III/ RANCHO DO GAP				
ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UND	Qtd Mensal estimada	Qtd Anual Estimada
2	SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUO CLASSE IIA (LIXO EXTRAORDINÁRIO), EM CONTÊINERES DE 240 LITROS RECOLHIDOS EM CAMINHÃO COMPACTADOR	M3	264	3168

Dias de produção no mês	30
Dias de recolhimento médio no mês	22
Quantidade média de retirada de containeres de 240 litros por dia	50
Quantidade em metros cúbicos por dia	12
Quantidade em metros cúbicos por mês	264
Frequência: de segunda à sexta em horário comercial	

1.1.1.12 Para a execução dos serviços a contratada deverá disponibilizar para o GAP-RJ (Prédio COMAER) os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário conforme descrições deste Termo de Referência;

1.1.1.13 Os recipientes a serem disponibilizados para a coleta do lixo produzido devem ter condições de qualidade e resistência necessárias para o correto acondicionamento de materiais: 3 (três) caçambas de 5 m³ ; 54 (cinquenta e quatro) contenedores de 240 litros azuis ; 1 (um) contenedor branco de 240 litros; 2 (dois) contenedores laranja de 240 litros;

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UND DE MEDIDA	QTD MENSAL ESTIMADA	QTD ANUAL ESTIMADA
1	SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUO CLASSE IIB (RESÍDUOS INERTES, ENTULHOS DE OBRA, GALHOS, ETC.), CAÇAMBAS DE 5M3 RECOLHIDAS EM CAMINHÃO POLIGUINDARTERS	M ³	40	480
2	SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUO CLASSE IIA (LIXO EXTRAORDINÁRIO), EM CONTÊINERES DE 240 LITROS RECOLHIDOS EM CAMINHÃO COMPACTADOR	M ³	285,12	3421,44
3	SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS CLASSE I (HOSPITALAR INFECTANTE DOS GRUPOS A E E PERFUROCORTANTES.	M ³	0,24	2,88

4	SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE EFLUENTES. TRATAMENTO FÍSICO QUÍMICO, MICROBIOLÓGICO EM ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE EFLUENTES (ESGOTO E CAIXAS DE GORDURA)	M³	4	48
5	SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE LÂMPADAS USADAS INSERVÍVEIS EM EMBALAGENS QUE EVITEM SUA QUEBRA. (COLETOR PARA TRANSPORTE INTERNO E DESTINAÇÃO FINAL).	und	160	1920
6	SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS. (MÓVEIS, UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS INSERVÍVEIS, PLÁSTICOS, VIDROS, PAPEIS, METAIS, ETC) INCLUINDO FORNECIMENTO DE CAÇAMBAS DE 5,0 M3 PARA CADA TIPO DE RESÍDUOS.	M³	10	120

1.1.1.14 Quantitativos de Coleta de Resíduos Sólidos Urbanos Classe IIB (entulhos) em caçambas de 5.0 m3 para o GAP-RJ;

Dias de produção no mês	30
Dias de recolhimento médio no mês	08

Quantidade média de caçambas de 5,0 metros cúbicos por retirada	01
Quantidade mensal de retirada de caçambas	08
Quantidade em metros cúbicos por mês	40
Frequências: duas vezes por semana	

1.1.1.15 Quantitativos de coleta de Resíduos Sólidos Domiciliares Urbanos Classe IIA por mês, acondicionados em contenedores de 240 litros, para o GAP-RJ

Dias de produção no mês	30
Dias de recolhimento médio no mês	22
Quantidade média de retirada de containeres de 240 litros por dia	50
Quantidade em metros cúbicos por dia	12,96
Quantidade em metros cúbicos por mês	285,12
Frequência: de segunda à sexta em horário comercial	

Quantitativos de Coleta de Resíduos de Serviço de Saúde Classe A e Classe E (RSS), em Contenedores brancos de 240 litros.

Dias de produção no mês	30
Dias de recolhimento médio no mês	01
Quantidade média de retirada de containeres de 240 litros	01
Quantidade de retirada em metros cúbicos por mês	0,24
Frequência: uma vez por mês em horário comercial	

Quantitativos de Lodos e Lamas Coletas em Caminhão apropriado (Vac All)

Dias de produção no mês	30
Dias de recolhimento médio no mês	01
Quantidade média por retirada em metros cúbicos	04
Quantidade mensal em metros cúbicos	04
Frequência: por solicitação	

1.1.1.16 Quantitativo de colela de lâmpadas usadas, em contenedores de 240 litros na cor laranja, para o **GAP-RJ**;

Dias de produção no mês	30
Dias de recolhimento médio no mês	08
Quantidade média de cont 240 litros por dia	01
Quantidade mensal de retirada em unidade	160
Frequência: por solicitação	

Quantitativos de Resíduos recicláveis em caçambas de 5,0m³

Dias de produção no mês	30
Dias de recolhimento médio no mês	01
Quantidade média de caçambas de 5,0 metros cúbicos por retirada	02
Quantidade mensal de retirada de caçambas	02
Quantidade em metros cúbicos por mês	10
Frequência: por solicitação	

ENDEREÇO DOS LOCAIS ONDE SERÃO PRESTADOS OS SERVIÇOS

Nome da Unidade	Endereço
OASD- ODONTOCLÍNICA SANTOS DUMOMD	Praça Mal. Âncora, 77
GARAGEM DO GAP RJ – Departamento de Controle de Espaço Aérea	Av. Brasil nº 2.882 / 3040 – Manguinhos – Rio de Janeiro – RJ
COMAR III – Comando da Aeronáutica	Av. General Justo nº 160 – Centro – Rio de Janeiro – RJ
PRÉDIO COMAER – Grupamento de Apoio do Rio de Janeiro	Av. Marechal Câmara nº 233 – Centro – Rio de Janeiro – RJ

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto da contratação tem a natureza de serviços comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) Ata do Registro de Preço no Portal Nacional de Contratações Públicas, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. O objeto da presente contratação não encontra-se contemplado no Catálogo Eletrônico de Padronização de Compras, Serviços e Obras, disponível no endereço <http://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao>.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A CONTRATADA deverá adotar os critérios de sustentabilidade abaixo descritos no que tange aos produtos que serão utilizados na execução do serviço e às obrigações que terão de ser cumpridas:

4.1.1.1. Apresentar descrição detalhada dos produtos que serão utilizados na execução dos serviços, o comprovante do registro do fabricante desses produtos no Cadastro Técnico Federal do IBAMA e o respectivo Certificado de Regularidade do fabricante no CTF;

4.1.1.2. Os SANEANTES DOMISSANITÁRIOS/DESINFESTANTES a serem utilizados na execução dos serviços deverão estar previamente registrados na ANVISA, conforme Lei federal nº 6.360, de 1976, Decreto nº 8.077, de 2013, RDC ANVISA Nº 52, DE 22 DE OUTUBRO DE 2009;

4.1.1.3. A CONTRATADA deve retornar as embalagens vazias ao seu estabelecimento operacional logo após o seu uso, para inutilização e descarte; - O destino final das embalagens dos produtos saneantes desinfetantes de uso restrito a empresas especializadas é de responsabilidade do seu respectivo distribuidor/fabricante/importador;

4.1.1.4. A CONTRATADA fica obrigada a devolver as embalagens, no prazo máximo de um ano da data de compra dos respectivos produtos, aos estabelecimentos onde foram adquiridas, ou em postos ou s ou Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União Modelo de Termo de Referência para Obras e Serviços, exceto TIC – Licitação e Contratação Direta - Lei nº 14.133, de 2021 Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação Atualização: ABR/2025 5 de 21 centrais de recebimentos por eles conveniados e previamente licenciados pelo órgão estadual competente;

4.1.1.5. Caso essa devolução não ocorra, a responsabilidade pelo destino final passa a ser da CONTRATADA, que deve guardar os comprovantes da referida destinação;

4.1.16. O estabelecimento que as receber deve fornecer, à CONTRATADA, documento comprobatório de recebimento das embalagens;

4.1.1.7. As embalagens laváveis dos produtos saneantes desinfetantes devem ser submetidas à tríple lavagem antes de sua devolução, devendo a água ser aproveitada para o preparo de calda ou inativada, conforme instruções contidas na rotulagem ou por orientação técnica do fabricante do produto e do órgão competente;

4.1.1.8. As embalagens vazias de produtos, que não apresentem solubilidade em água, não devem passar por tríple lavagem, devendo a CONTRATADA seguir as orientações do fabricante e as legislações vigentes;

4.1.1.9.. A Contratada fornecerá mão de obra especializada, material, produtos, equipamentos e supervisão técnica necessários à execução dos serviços;

4.1.1.10. Os empregados da contratada destacados para execução dos serviços deverão apresentar-se munidos de EPI, para evitar danos à saúde, sob pena de denúncia aos órgãos competentes, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no Edital

4.1.1.11. A empresa especializada somente pode funcionar depois de devidamente licenciada junto à autoridade sanitária e ambiental competente.

4.1.1.12. A contratação de prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas somente pode ser efetuada com empresa especializada.

4.1.1.13. Para a prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas somente podem ser utilizados os produtos saneantes desinfetantes de venda restrita a empresas especializadas, ou de venda livre, devidamente registrados na Anvisa.

4.1.1.14. Nenhum saneante domissanitário, inclusive os importados, poderá ser industrializado, exposto à venda ou entregue ao consumo antes de registrado no Ministério da Saúde/ANVISA.

Subcontratação

4..2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3 Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte

4.4. Não haverá tratamento diferenciado para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), conforme justificativa expressa contida no item 9 do ETP.

Vistoria

4.5 A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à quinta-feira, das 08 horas às 16 horas e sexta-feira, das 08 horas às 12 horas.

4.6. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria .

4.7. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.8. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrente

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: A execução dos serviços será iniciada após a assinatura da Ata de Registro de Preços, na forma que segue:

5.2.1. Conforme as demandas forem surgindo, esta Administração elaborará ordens de serviço, onde discriminará as necessidades e localizações dos serviços.

5.2.2. O prazo de execução dos serviços irá variar conforme a necessidade explicitada na ordem de serviço.

5.2.3. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir:

1. Acondicionamento e segregação

- **Separar na origem:** Incentivar a separação na fonte, dividindo o lixo em recicláveis, orgânicos e rejeitos, seguindo as diretrizes municipais.
- **Armazenamento temporário:** O local de armazenamento dos resíduos deve ser coberto, ventilado e ter piso impermeável para evitar a contaminação do solo e das águas subterrâneas. O acesso deve ser controlado.
- **Recipientes adequados:** Utilizar recipientes seguros e apropriados, com tampas e alças, e que sejam à prova de vazamentos e perfurações para proteger os coletores e o público em geral.

2. Coleta e transporte

- **Frequência e rotas:** Definir a periodicidade da coleta (ex.: lixo orgânico no mínimo uma vez por semana) e traçar rotas eficientes para otimizar o serviço e reduzir custos.
- **Veículos apropriados:** Utilizar veículos coletores adequados para o tipo de resíduo, com capacidade suficiente para a demanda e equipados com os materiais e EPIs (equipamentos de proteção individual) necessários para a segurança dos trabalhadores.
- **Transferência de resíduos:** Caso o lixo seja transferido, o processo deve ocorrer sem que os resíduos sejam descarregados diretamente no chão, para evitar contaminação.
- **Documentação:** Manter registros detalhados sobre o tipo e a quantidade de resíduos coletados, a origem e o destino final.

3. Segurança e proteção

- **Equipamentos de segurança:** A equipe de coleta deve usar EPIs robustos, como luvas resistentes, botas de cano longo e roupas de alta visibilidade.
- **Resposta a acidentes:** Os veículos devem carregar kits de emergência para casos de acidentes, como vazamentos, e a equipe deve ser treinada para notificar as autoridades em caso de incidentes graves.
- **Proibição de 'revirar' o lixo:** A catação e a busca de objetos nos locais de coleta devem ser proibidas para evitar ferimentos e interferências no trabalho.

4. Comunicação e fiscalização

- **Informar a população:** Comunicar claramente aos moradores sobre o calendário de coleta, os tipos de resíduos que devem ser separados e as eventuais alterações no serviço.
- **Licenciamento e monitoramento:** A empresa ou órgão responsável deve obter as licenças necessárias junto às autoridades ambientais, que podem monitorar o serviço e solicitar medidas corretivas.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

- GRUPAMENTO DE APOIO DO RIO DE JANEIRO - GAP-RJ : Av. Mal. Câmara, nº 233 - 2º andar Castelo, CEP 20.020-080 - Rio de Janeiro, RJ — TEL: 2126 9130;

- GRUPAMENTO DE APOIO DO RIO DE JANEIRO SEÇÃO DE TRANSPORTE DE SUPERFÍCIE STS - GAP - RJ : Av. Brasil, nº 2996 – Manguinhos, CEP 20093-040- Rio de Janeiro – RJ TEL: 2126-9738;
- ODONTOCLÍNICA DE AERONÁUTICA SANTOS-DUMONT - OASD: Praça Marechal Âncora, 77 — Centro, CEP 20.021- 200, Rio de Janeiro, RJ — TEL: 2174-7009;

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: de segunda à quinta, das 8 horas às 16 horas e as sextas, das 8 horas às 12 horas.

Rotinas a serem cumpridas

5.3.1. A execução contratual observará as rotinas:

5.3.1.1 Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades, promovendo sua substituição quando necessário.

5.3.1.2 Quando aos procedimentos durante a execução dos trabalhos, os empregados da contratada deverão se apresentar devidamente uniformizados, com os equipamentos de proteção individual e devidamente capacitados para realização da atividade Materiais a serem disponibilizados

Materiais a serem disponibilizados

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

Especificação da garantia do serviço

5.5. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6 O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7 O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período da execução do serviço.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.17 As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.18 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.19 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.20 Cabe ao gestor do contrato:

6.20.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.20.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência

6.20.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.20.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.20.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.20.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.20.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.20.8 receber e dar encaminhamento imediato:

6.20.8.1 às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.20.8.2 à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o [Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto Anexo a esse Termo de Referência.

7.2 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1 não produziu os resultados acordados,

7.2.2 deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3 deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

Recebimento

7.4 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de cinco dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.5 O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.7 O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.8 O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9 Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.10 Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.10.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

7.11 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.12 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.13 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.15 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.16 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.17 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.17.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.17.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.17.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.17.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.17.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.18 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.19 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.20 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.21 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.22 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.23 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.24 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.25 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.26 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.26.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.26.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.27 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.28 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.29 Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.30 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.31 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.32 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.33 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.34 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.35 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.35.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.36 O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.37 Os preços inicialmente contratados serão fixos e irreajustáveis pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado utilizado para a elaboração deste Termo de Referência, conforme estabelece o §3º do art. 134 da Lei nº 14.133/2021.

7.38. Decorrido o período de 12 (doze) meses e havendo prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, poderá ser admitido o reajuste dos valores registrados, observadas as seguintes condições:

- a) existência de previsão expressa desta possibilidade no edital e na ata de registro de preços;
- b) observância dos critérios, condições e periodicidade definidos no instrumento convocatório;
- c) utilização de índice oficial de inflação compatível com a natureza do objeto, de modo a preservar o equilíbrio econômico-financeiro.

7.38.1. Para efeito de reajuste, será adotado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE), ou outro índice que venha a substituí-lo oficialmente, aplicando-se a variação acumulada no período compreendido entre o mês do orçamento estimado e o mês do reajuste.

7.39. A presente disposição fundamenta-se na Orientação Normativa AGU nº 100/2025, embasada no Parecer nº 00022 /2025/DECOR/CGU/AGU, que reconhece a possibilidade de aplicação de reajuste aos preços registrados nas Atas de Registro de Preços quando da prorrogação de sua vigência, desde que atendidos os princípios da legalidade, economicidade e previsibilidade contratua.

Cessão de Crédito

7.40 As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.40.1 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.40.2 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.40.3 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.40.4 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.41 O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2 Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4 Multa:

8.2.4.1 Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,17% (dezessete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

8.2.4.2 Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. . Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 1% (um por cento) a 3% (três por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 1% (um por cento) a 3% (três por cento) do valor da contratação. Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União Modelo de Termo de Referência para Obras e Serviços, exceto TIC – Licitação e Contratação Direta - Lei nº 14.133, de 2021 Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação Atualização: ABR/2025 15 de 22

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 1% (um por cento) a 3% (três por cento) do valor da contratação [, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:]

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa

8.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7 A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9 Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14 Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de Execução

9.2 O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3 Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será :

9.3.1. Valores unitários: conforme tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.10 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13 Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.14 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.15 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.17 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20 Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.23 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.24 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.25 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{aligned}$$

9.26 Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, **capital mínimo de 5 % do valor total estimado da contratação**

9.27 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.28 O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.29 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.30 Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.31 Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.32 Prova de atendimento aos requisitos :

9.32.1. Licença de funcionamento, expedida pelo órgão competente, conforme art. 4º, da Resolução RDC nº622, de 09 de março de 2022 da ANVISA;8.22.

9.32.2. Licença Sanitária (ou termo equivalente), concedida por órgão sanitário competente, conforme art. 3º, da Resolução RDC nº 622, de 09 de março de 2022 da ANVISA;

9.32.3. Licença Ambiental (ou termo equivalente), concedida por órgão ambiental competente, conforme art.3º, da Resolução RDC nº 052 RDC 622, de 09 de março de 2022 da ANVISA;

Qualificação Técnico-Operacional

9.33 Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.33.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.33.1.1 Para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, será exigido que a licitante apresente atestado(s) de capacidade técnica, em nome da empresa, que demonstre a execução de serviços de características semelhantes aos ora contratados, em quantitativo mínimo de 20% do objeto licitado, nos termos do art. 67, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

9.33.1.2 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.33.1.3 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.33.1.4 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.34 Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.35 A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Qualificação Técnico-Profissional

9.36 A licitante deverá indicar responsável(is) técnico(s), devidamente registrado(s) e em situação regular junto ao respectivo Conselho Profissional competente, conforme a natureza dos serviços, observadas as seguintes condições:

a) Atestado(s)/certidão(ões)/declaração(ões) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, CREA da região a que estiver vinculada o profissional, comprovando já ter executado tais serviços de forma

satisfatória, serviço compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, comprovando também já ter executado tais serviços conforme item nº 1.1.1.1 desse TR.

b) Registro da empresa (Certidão de pessoa jurídica), seus respectivos responsáveis técnicos no Conselho Regional de Engenharia, e Agronomia (CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) da jurisdição da sede do proponente, demonstrando possuir Arquiteto e Urbanista, Engenheiro Sanitarista, Engenheiro Químico, Engenheiro Civil ou ainda Engenheiro comprovadamente autorizado pelo CREA para desenvolver atividade Sanitarista ou Química, em seu quadro técnico. Caso a licitante seja de outro estado, por ocasião da contratação, deverá apresentar certidão com visto nos conselhos: CREA-RJ / CAU-RJ. A comprovação do vínculo do responsável técnico com a empresa poderá ser feito através de certidão expedida pelo Conselho Regional.

c) Comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior na área de Engenharia Sanitária ou engenheiro Civil comprovadamente autorizado pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) da jurisdição da sede do proponente para desenvolver atividade sanitária ou química, detentor de atestado de capacidade técnica por execução de serviço de características semelhantes ao objeto da presente licitação.

d) Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente do licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Edital, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame, conforme entendimento da jurisprudência consolidada do TCU, Acórdãos nº 2.471/2007, nº 1.265/2009, nº 1.282/2010, nº 1.028/2011 e nº 2.353/2011, todos do Plenário).

e) A licitante deverá apresentar a licença de operação válida (LO) para coleta, transporte e disposição final dos resíduos, acompanhada dos documentos de monitoramento ambiental previstos no licenciamento, expedida pela INEA, conforme o disposto no Decreto Estadual/RJ nº 44.820 de 02/06/2014. O endereço constate da licença de operação (LO), deverá ser o mesmo da sede da empresa.

f) A licitante deverá apresentar a licença de operação (LO) para coleta e transporte, para o tratamento físicoquímico e microbiológico e disposição final dos efluentes especificados, acompanhada dos documentos de monitoramento ambiental previstos no licenciamento, expedida pelo INEA, conforme o disposto no Decreto Estadual /RJ nº 44.820 de 02/06/2014.

g) No decorrer da execução do serviço, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

h) A(s) Licitante (s) deverá (ão) possuir Engenheiro ou Técnico de Segurança no Trabalho no quadro permanente da Empresa, na data prevista para entrega da proposta, ou Declaração de Compromisso de vinculação futura do profissional, caso o licitante se sagre vencedor do certame;

9.37 (s) profissional(is) indicado(s) deverá(ão) apresentar registro ativo e válido junto ao Conselho Regional competente, sendo admitida a apresentação de Certidão de Regularidade expedida pelo respectivo Conselho.

9.37.1. O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021)

9.38 Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.39 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

9.40 Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.41 Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.42 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.43 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.44 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.45 Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.45.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.45.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.45.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.45.4 O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.45.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.45.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.45.6.1 ata de fundação;

9.45.6.2 estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.45.6.3 regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.45.6.4 editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.45.6.5 três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.45.6.6 ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.45.6.7 última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1 O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$1.650.005,60 (um milhão, seiscentos e cinquenta mil, cinco reais e sessenta centavos))).

10.2 Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1 em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2 em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3 serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4 poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: 00001/120039;

II) Fonte de recursos: 168919/168913/168880;

III) Programa de trabalho: 05122003220000001;

IV) Elemento de despesa: 339039; e

V) Plano interno: A0000340100/A0003041300/A0000410000.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 Conforme previsto na Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), especialmente nos artigos 3º e 7º, o presente Termo de Referência não contém informações cuja divulgação possa comprometer a segurança da sociedade ou do Estado, nem se enquadra nas hipóteses previstas para classificação como informação sigilosa (art. 24).

12.2 Assim, este documento é de caráter público, podendo ser livremente acessado e divulgado, respeitando-se as normas legais vigentes.

Rio de Janeiro , 08 de dezembro de 2025.

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

13 ANEXO I - Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato (Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

Não se aplica

14. ANEXO II - TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Se aplica

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Despacho: Ordenador de Despesa

KLINGER NEWTON DE OLIVEIRA GUIMARAES

Autoridade competente

Despacho: Adjunto da Divisão de Infraestrutura

MARIO AUGUSTO SANTANA DE OLIVEIRA JUNIOR

Equipe de Planejamento